



OF. 15

Emendas Parlamentares: Da Proposição à Execução

Prof. Franselmo Araujo Costa

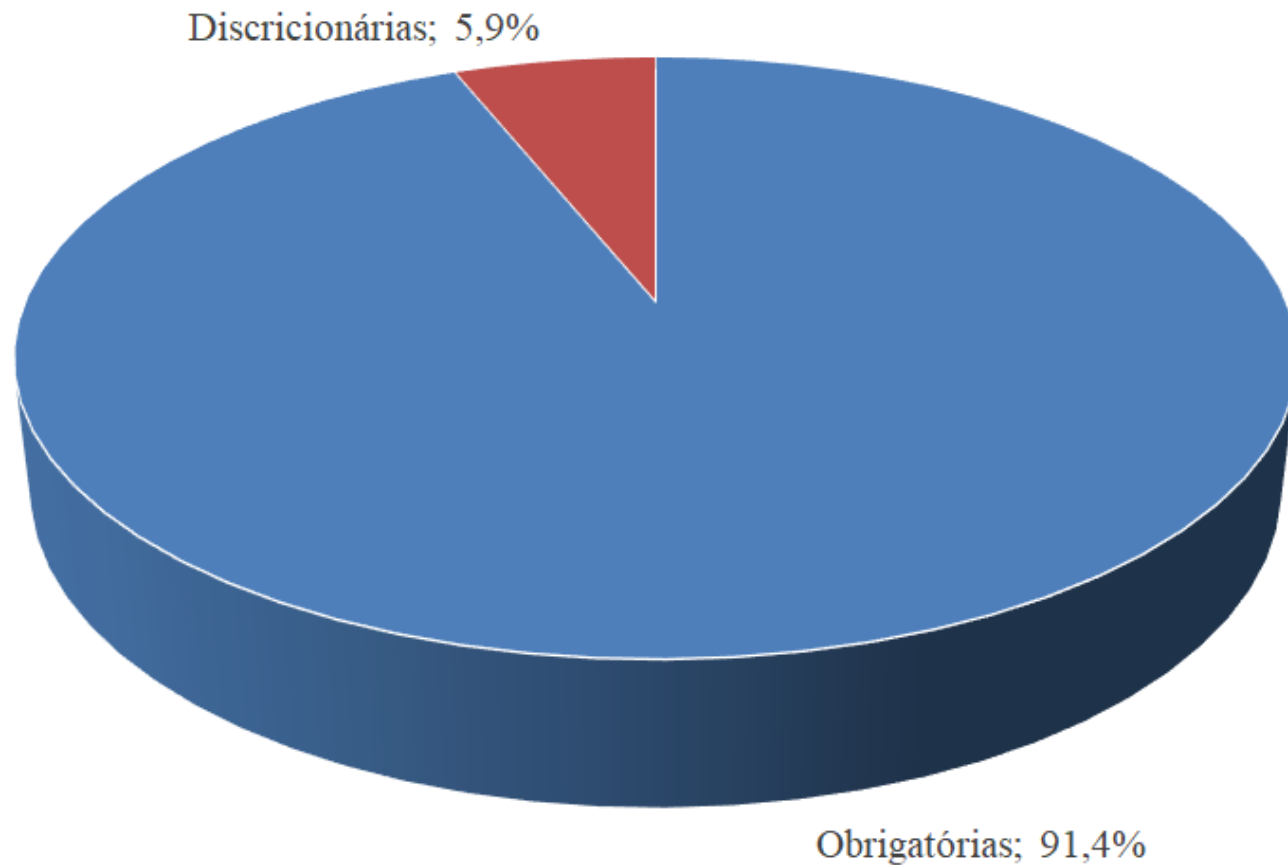
Objetivos Gerais:

- ✓ Descrever o que são as emendas parlamentares ao orçamento
- ✓ Discriminar as tipologias de emendas parlamentares
- ✓ Detalhar os impactos das emendas nas políticas públicas
- ✓ Diferenciar os diferentes tipos de emendas

Quanto poder as emendas exercem sobre o Orçamento?

- O que são emendas parlamentares?
- Quem define as prioridades do gasto público?
- Em que tipos de despesas são possíveis emendas na Lei Orçamentária Anual (LOA)?
- Qual a relevância das emendas na LOA?

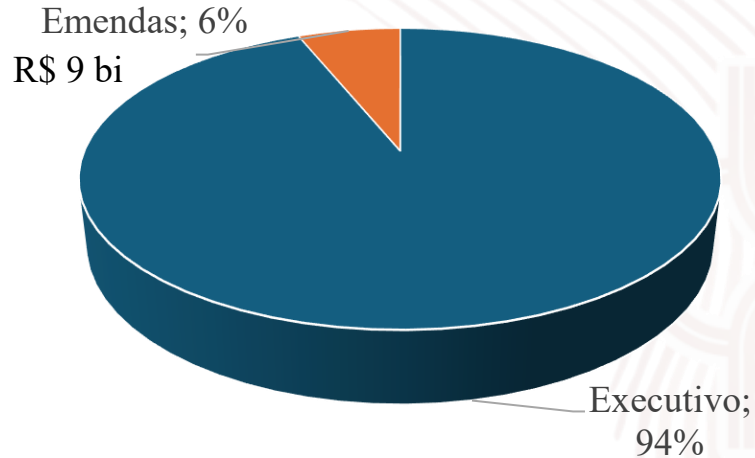
Orçamento Geral da União 2026



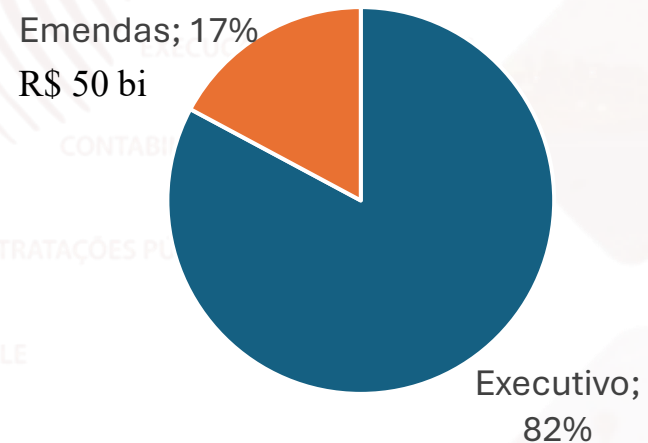
Fonte: SIOP/MPO.

Emendas movimentam bilhões e influenciam decisões

Discrecionárias - Emendas em 2016

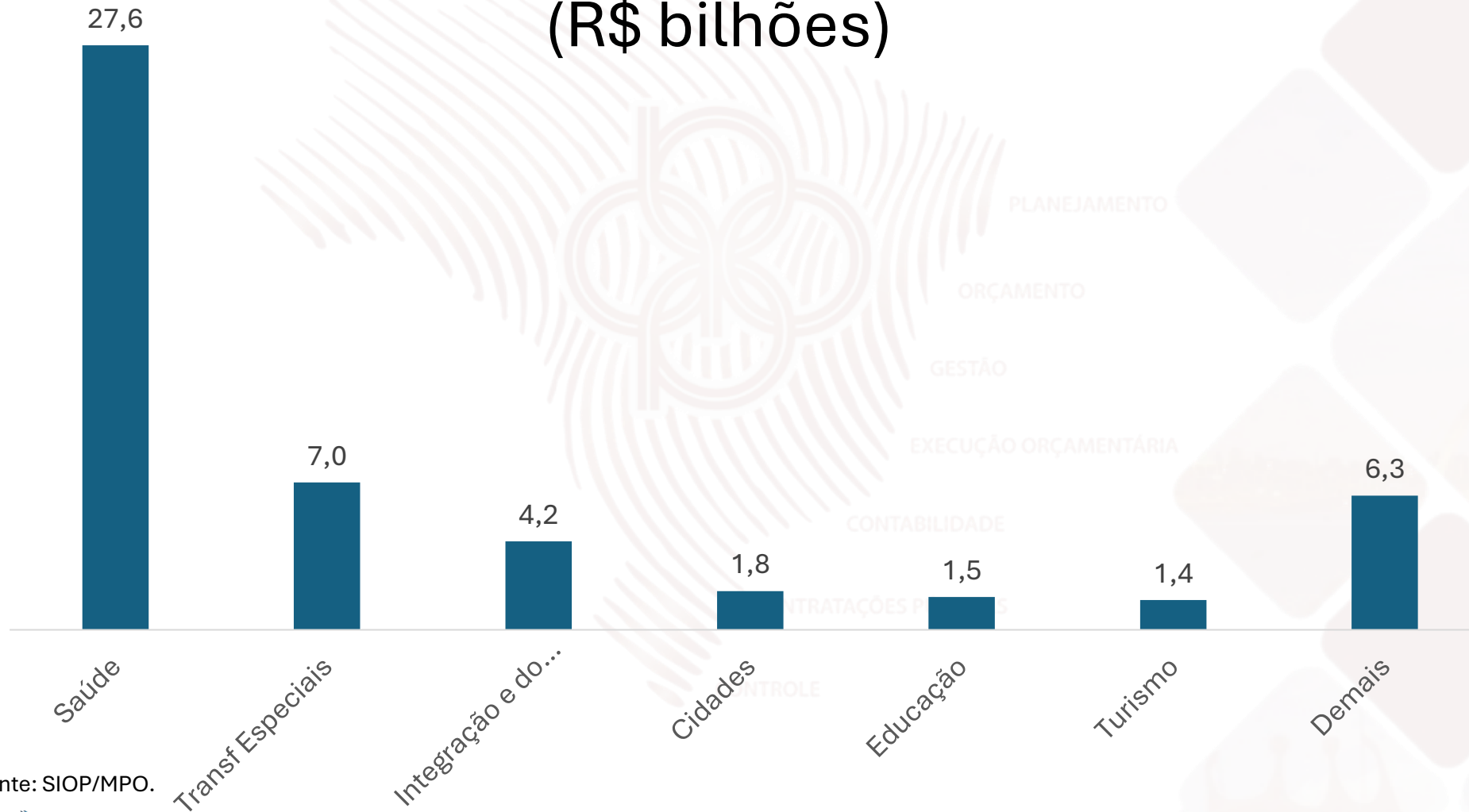


Discrecionárias - Emendas em 2026



Fonte: SIOP/MP.

Emendas Orçamento Federal 2026 (R\$ bilhões)



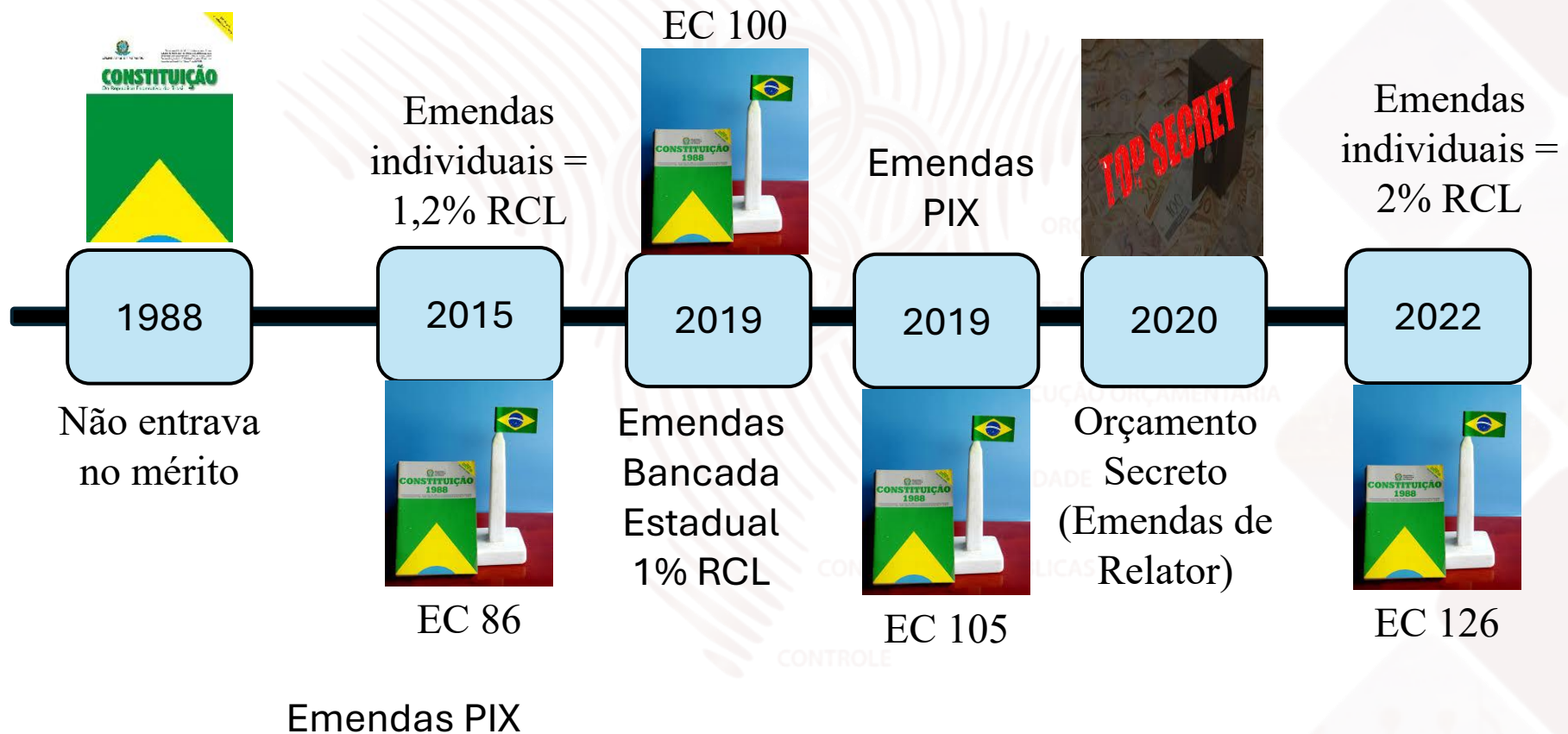
Fonte: SIOP/MPO.



4ª SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA ABOP

Slide 6

Evolução Histórica



Emendas PIX

Identificadores de Resultado Primário Orçamento Federal:



RP 0 – Financeiro (dívida pública)



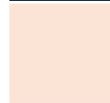
RP 1 – Obrigatórias



RP 2 – Discricionárias



RP 3 – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)



RP 6 – Emendas Individuais Obrigatórias



RP 7 – Emendas de Bancada Estadual Obrigatórias



RP 8 – Emendas de Comissão



RP 9 – Emendas de Relator



Passíveis de Emendas



Emendas Puras

Resumo Inicial das Emendas Parlamentares:

Participação Legislativa no Orçamento

Emendas permitem alterações em todos os instrumentos orçamentários

Critérios e Regulamentação

A Resolução nº 1/2006-CN define critérios técnicos na tramitação das emendas parlamentares.

Evolução das Emendas

Aumento significativo de emendas na última década

Importância para Gestores Públicos

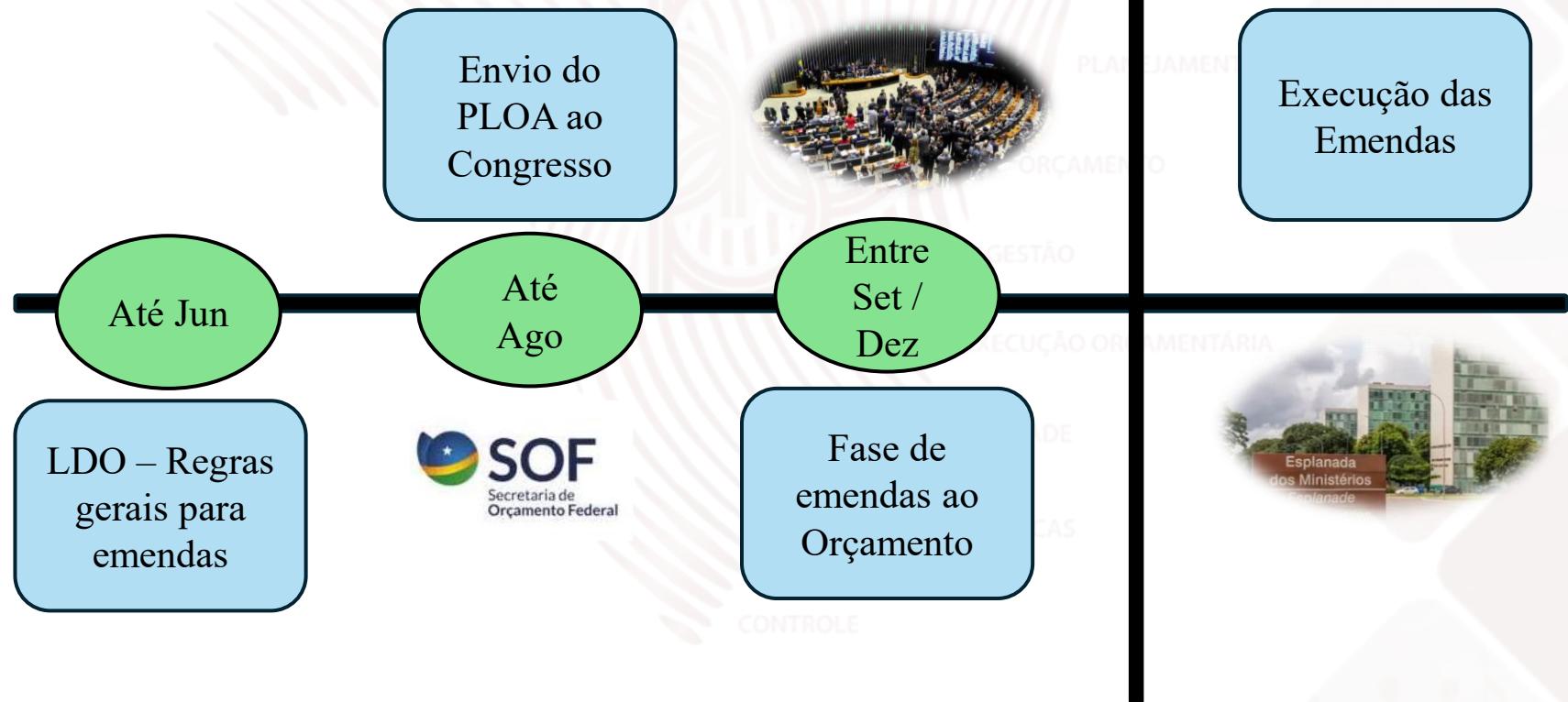
Compreender o funcionamento das emendas é essencial para a gestão eficiente do orçamento público.



Ciclo das Emendas à LOA:

Ano T-1

Ano T



Comissão Mista de Orçamento (CMO):



Composição e Competências

A CMO é formada por Deputados e Senadores com competências deliberativas e fiscalizatórias definidas pela Resolução nº 1/2006-CN.

Análise de Emendas

A comissão avalia a admissibilidade, mérito e adequação financeira das emendas para garantir conformidade legal e orçamentária.

Fiscalização e Acompanhamento

Além da análise inicial, a CMO fiscaliza a execução orçamentária, examinando relatórios e dados do Tribunal de Contas e Executivo.

Admissibilidade de Emendas:

Critérios Gerais (art. 166/CF):

- Indicação dos recursos
- Cumprimento da meta fiscal estabelecida na LDO

Despesas Obrigatórias (RP 1):

- somente para correção de erro material.

Despesas Discricionárias:

- por Remanejamento
- de Apropriação (reserva de contingência ou reestimativa de receitas)

Exercício de Fixação

Tipos de Emendas Parlamentares:

ID Resultado Primário	Possibilidade	Tipo
RP 2 – Discricionárias e RP 3 – PAC	por Remanejamento ou por reestimativa de receitas	Execução Discricionária
RP 6 – Individual	por Apropriação de Reserva de Contingência	Execução Obrigatória
RP 7 – Bancada Estadual	por Apropriação de Reserva de Contingência	Execução Obrigatória
RP 8 – Comissão	por remanejamento ou por reestimativa de receitas	Execução Discricionária

Emendas Individuais (RP6) – Proposição:



Emenda Constitucional nº 126/2022 e e
Resolução CN nº 01/2006



2% da Receita Corrente Líquida
(RCL) do ano anterior



- 0,45% RCL - Senadores
- 1,55% RCL - Deputados



- 50% de cada emenda
para saúde

Emendas Bancada (RP7) - Proposição:



Emenda Constitucional nº 100/2019 e
Resolução CN nº 01/2006



1% da RCL do ano anterior



➤ média entre população, FPE
e distribuição anos anteriores.



➤ até 11 emendas por
bancada

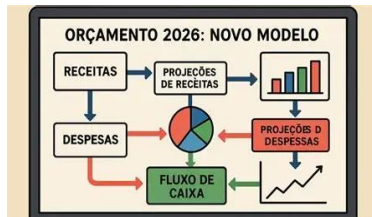
Emendas Comissão (RP8) - Proposição:



Não possuem previsão constitucional (prevista somente na Resolução CN 01)



Regras definidas anualmente pela CMO



Geralmente, reduzem dotações das programações do PLOA dos ministérios como fonte de financiamento dessas emendas

Comparativo:

Descrição	Emenda Individual (RP6)	Emenda de Bancada Estadual (RP7)	Emendas de Relator (RP8)
Execução Obrigatória	Sim	Sim	Não
% da RCL do ano anterior	2%	1%	Não há
Total de Emendas por parlamentar ou bancada	25	11	Não há
Obrigatoriedade de 50% para ações de Saúde	Sim	Não	Não
Projetos estruturantes	Não	Sim	Não
Compatibilidade com PPA e LDO	Sim	Sim	Sim

Como aumentar a chance de receber emendas

- ✓ Projeto pronto
- ✓ Objeto claramente definido
- ✓ Viabilidade técnica
- ✓ Capacidade de execução
- ✓ Boa articulação institucional
- ✓ Evidências da necessidade
- ✓ Retorno político



Modelo para proposição de emendas (boas práticas):

Passo inicial: identificar que tipo de RP de emenda pleitear. (individual, de bancada ou outra)

Informações Relevantes:

- Ministério executor / Unidade Executora no Ministério
- Tipo de RP da Emenda
- Título da ação da emenda (ação já constante do PLOA ou nova ação)
- Valor da emenda
- Justificativa e Relevância do recurso (fatores econômicos, sociais e políticos, público beneficiado)
- Discriminar a existência ou não de projeto básico, no caso de obras
- Prazo de execução (empenho até pagamento) após liberação do recurso – emendas de execução anual possuem mais apelo
- Forma de execução: direta, convênio, contrato de repasse, fundo a fundo, outro.
- Fotos que justifiquem a relevância da emenda

Execução Orçamentária

Tema	RP 2, 3	RP 6	RP 7	RP 8 e 9
Execução Orçamentária e Financeira Obrigatórias				
Sujeita a Contingenciamento				
Possibilidade de Transferências Especiais (emendas pix)				
Justificativa para o caso de não ser empenhada a dotação da LOA				
Obrigatoriedade de identificação do autor				

Mitos ou Verdades:

- ✗ Toda emenda parlamentar é obrigatória?
- ✗ Emendas são apenas para municípios?
- ✓ Projetos estruturantes costumam ser objeto de emendas de bancada?
- ✗ Recursos de emendas dispensam prestação de contas?

Exercício de Fixação

Aprendizados Essenciais:

- Emendas são parte relevante do orçamento federal
- Conhecer a classificação dos RP é fundamental
- Nem todas as emendas possuem a mesma forma de execução
- Captação de recursos exigem preparação técnica
- O objetivo final é transformar emendas em políticas públicas efetivas

Algumas reflexões:

- Será que o Congresso está invadindo competências do Executivo?
- Como gerar mais eficiência (qualidade do gasto) na alocação de emendas?
- É justo que o gestor do Executivo assuma os riscos de execução de emendas individuais?
- Que cenário de emendas você visualiza na próxima década. Ou seja, há alguma chance de o Executivo retomar o controle do Orçamento Federal?

O debate atual não é sobre a existência das emendas parlamentares, mas sobre até que ponto a crescente influência do Congresso redefine quem efetivamente decide as prioridades do Orçamento Federal

FRANSELMO ARAUJO COSTA
franselmo.costa@gmail.com